

Adriano Toledo Paiva &
Martha Rebelatto

Relações de trabalho em sociedades escravistas: uma conversa
com o Professor Douglas Cole Libby

Martha Rebelatto
Doutoranda em História –
UFMG
Bolsista FAPEMIG
Endereço eletrônico:
martha.rebelatto@gmail.com

Palavras-chave: Escravidão; História Social; Demografia;

Key-words: Slavery; Social history; Demography;

Adriano Toledo Paiva
Doutorando em História –
UFMG
Bolsista FAPEMIG
Endereço eletrônico:
adrianotoledopaiva@ymail.com

O Professor Dr. Douglas Cole Libby, possui Graduação em História pela University of Maine at Orono (1971), Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1979), Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1987) e Pós-Doutor na Stanford University, Estados Unidos. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de Minas Gerais. As suas principais temáticas de atuação são: História de Minas Gerais, sociedades escravistas, demografia escrava e mundos da produção. O professor possui relevante contribuição para a historiografia com uma ampla produção intelectual. Dentre as suas principais pesquisas desenvolvidas, publicadas em livros, destacamos: *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984; Organizado em conjunto com a prof^a. Dr^a. Júnia Ferreira Furtado: *Trabalho livre, trabalho escravo - Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006; Em co-autoria com o Prof. Dr. Eduardo França Paiva: *A escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos*. 2^a. ed. São Paulo: Moderna, 2005;¹

1 A entrevista foi gentilmente concedida pelo Professor Douglas Cole Libby na sala do Centro de Estudos Mineiros (nº.1027), da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH – UFMG), no dia 16 de março de 2009, às 17h30min.

Martha e Adriano (M.A.): *Professor, uma pergunta de praxe. O que o levou ao interesse pela história da escravidão no Brasil?*

Douglas Cole Libby (D.C.L.): Na verdade, meu interesse pela temática aconteceu quase que por um acaso. No momento da escolha de um objeto para minha dissertação de mestrado, desenvolvida no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, acabei definindo o tema em função da existência do rico acervo documental da antiga Companhia da Mina do Morro Velho, que, na década de 1860, chegou a ter quase 1.700 escravos. Tive acesso a estes documentos depositados na Universidade do Texas através de um financiamento da *Fundação Ford*, e o campo analítico tornou-se os escravos e a mineração – a mineração de “cunho industrial” da Morro Velho. Neste sentido, estudei muito sobre o tema da escravidão, que em meados da década de 70 ainda não era muito desenvolvido no Brasil. A bibliografia sobre a escravidão no Sul dos Estados Unidos e no Caribe era muito mais extensa. Iniciei minha trajetória por estes caminhos, e ainda alimento um grande interesse pelo tema.

M.A.: *O professor acompanhou e participou das mudanças na historiografia brasileira a partir da década de 1980. O seu livro *Transformação e trabalho em uma economia escravista (1988)* propõe pensar a temática da escravidão não somente associada às grandes propriedades, concedendo destaque a história regional e empregando novas fontes. Passados vinte anos da publicação de seu trabalho, como o professor avalia a produção historiográfica brasileira sobre a escravidão?*

D.C.L.: A produção tem aumentado enormemente desde meados da década de oitenta, e diria que o nosso passado escravista é um dos campos mais avançados da historiografia brasileira na atualidade. Os trabalhos tendem a retomar diversos nortes teóricos e metodológicos elaborados pela historiografia internacional. Atualmente, posso arriscar a seguinte afirmação: a revisão, a grande revisão da historiografia brasileira, relacionada com a escravidão e a sociedade escravista, já se realizou há certo tempo. Encontra-se inteiramente superada uma historiografia originária basicamente da USP, e que reinou por completo até o final da década de 70, reproduzida constantemente nos manuais das escolas secundárias e primárias. Então, diria que a historiografia sobre o escravismo caminhou muito ao descartar interpretações que visavam fazer a história caber dentro da Teoria da Dependência e que negava ao escravo qualquer papel mais ativo na construção de seu mundo. As abordagens atuais vêm tornando o campo algo extremamente eclético, e pessoalmente acho isso muito saudável e interessante, com direito, no entanto, de não concordar com todos os caminhos trilhados. As reflexões oriundas da História da Cultura, por exemplo, vêm enriquecendo a maneira de pensar a vida escrava e as múltiplas facetas africanas e indígenas que faziam parte do mundo escravista. Também a micro-história marca, há pelo menos uma década, presença forte na historiografia nacional, especialmente em função de estudos realizados no “eixo da Bahia da Guanabara”, os quais ajudam compreender a complexa realidade colonial no denominado “contexto do Antigo Regime nos trópicos” e suas continuidades após a independência.

M.A.: *Gostaríamos que nos contasse algumas experiências de pesquisas e projetos desenvolvidos pelo Centro de Estudos Mineiros (CEM).²*

D.C.L.: O Centro de Estudos Mineiros (CEM) tem mais de 50 anos e uma história *sui generis* na UFMG. Foi criado para fomentar a pesquisa num período em que a área das Ciências Humanas em Minas produzia muito pouco. Com a consolidação do CNPq e o engajamento de docentes em pesquisas voltadas para vários fins, mas, sobretudo para os trabalhos de pós-graduação realizados no exterior ou em outros estados. O CEM trilhou outros rumos, dedicando-se aos projetos de preservação e conservação de acervos documentais. Nas décadas de 1970 e 1980, o Arquivo Público Mineiro (APM) celebrou uma série de convênios com a UFMG, mais especificamente com o CEM, colocando dezenas e dezenas de estudantes de diversos cursos, inclusive o de História, para trabalhar na organização do acervo da referida instituição. Estes trabalhos desempenharam papel fundamental no que viria ser o APM, que na atualidade é, de longe, o melhor e o mais importante arquivo histórico de todo o Brasil; e provavelmente o mais avançado de toda a América Latina em termos de novas tecnologias de acesso, de uso de meios eletrônicos para divulgação e pesquisa de arquivos. O CEM participou desde o início deste caminho magnífico, e nesta entrevista rendo minha homenagem ao APM. Recentemente, o CEM se envolveu em quatro projetos de organização de arquivos e acervos de outras instituições. Primeiro, o acervo da Família Andradas, hoje totalmente organizado e preservado na cidade de Barbacena. Segundo, a organização, preservação e descrição do Arquivo Histórico da Morro Velho, que hoje faz parte de uma arquivo muito maior, já que a *AngloGold Ashanti* investe pesadamente na preservação de seu acervo. Arrisco a afirmar que o Arquivo da Morro Velho representa o maior e mais antigo acervo de uma empresa particular no Brasil. Terceiro, conseguimos um financiamento para elaborar um inventário de acervos e arquivos documentais do estado de Minas Gerais, reunindo dados básicos sobre aproximadamente 2200 arquivos. Estas informações estão disponíveis no site do CEM e o inventário constitui um instrumento bastante valioso para o pesquisador. Finalmente, no início desta década e em cooperação com o APM, desenvolvemos um projeto de organização, preservação, microfilmagem e digitalização de três acervos de Senados da Câmara e os posteriores Câmaras Municipais: o de Sabará, o de Caetés e o de Tiradentes, antiga São José. Este projeto foi encerrado há aproximadamente dois anos.

M.A.: *Quais os desafios dos historiadores da história demográfica e econômica na atualidade?*

D.C.L.: Em primeiro lugar, como sempre, é preciso incorporar constantemente as novas técnicas de análise que vem de fora, o que está relacionado, em grande medida, com os avanços frequentes, incessantes da informática. Além disso, é necessário tentar traduzir os resultados obtidos em algo que seja compreensível para “leitores médios”, que não são especialistas em economia ou demografia. Eu estou pensando no GIS que é sistema de

2 O Centro de Estudos Mineiros (CEM), fundado em 1957, é um órgão complementar a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH-UFMG), que coordena trabalhos de pesquisas referentes a Minas Gerais em seus aspectos históricos, políticos, econômicos e demográficos. O Professor Douglas Cole Libby é o diretor do referido Centro. Para acessar pesquisas e trabalhos desenvolvidos pelo centro, consulte: <http://www.fafich.ufmg.br/cem>

mapeamento sensível à passagem do tempo e às especificidades locais que pode ilustrar determinados processos de mudança ou de continuidade de formas interessantíssimas. Também existem outros programas capazes de medir os níveis de relacionamento entre pessoas e/ou grupos sociais, sua intensidade, frequência etc., ou seja, técnicas de reconstituição de redes sociais de todas as naturezas. É algo realmente fascinante. É preciso, não obstante, que estes novos tipos de interpretações sejam “traduzidos” para a maioria de nós. E isso constitui, evidentemente, um desafio.

Em segundo, o que já está um pouco atrelado ao que viemos falando, penso que tanto a História Econômica quanto a Demografia Histórica precisam aprender a dialogar o máximo, sobretudo com a História Social. Isso, muitas vezes, vai nos remeter a questão do uso da Micro-História, do bom uso. E preciso também dialogar, até onde for possível, com a História da Cultura, o que não é sempre fácil, mas, enfim, são desafios que se apresentam. Uma preocupação muito pessoal minha diz respeito à incorporação das forças de mercado em um sem número de situações sobre as quais, atualmente, se gasta muita tinta para falar da reprodução de padrões de comportamentos ditos tradicionais. Entendo que, das descobertas de ouro para cá, o mercado tem um lugar primordial na nossa história.

M.A.: *Em que medida as atuais abordagens da História cultural, notadamente com a abordagem das mestiçagens, etnogênese, apropriações e contatos culturais, contribuem para o estudo das sociedades escravistas?*

D.C.L.: Bom, sem a miscigenação não é possível entender rigorosamente nada sobre a sociedade brasileira desde o século XVI. Assim, são válidos todos os tipos de contribuições que possibilitem entender as relações entre grupos étnicos, como que estes são representados ao longo da história, quais são as contribuições culturais de origem africana, indígena, européia e, sobretudo, as de origens mistas – que eu acredito ser a grande origem, evidentemente. Realizada a grande revisão – aqui me remeto à segunda pergunta - creio que esta guinada para a História da Cultura, sem deixar totalmente para trás a História Social, a História Econômica nem a Demografia Histórica, obviamente é o caminho que temos pela frente.

M.A.: *O uso de novas fontes documentais contribuiu para a criação de campos antes praticamente inexistentes ou mesmo para novas dimensões das pesquisas no Brasil. Quais as temáticas relacionadas à escravidão são ainda pouco exploradas, merecendo estudos mais sistemáticos?*

D.C.L.: São muitas e certamente não vou conseguir tocar em todas em uma entrevista breve. Eu lembraria algo que eu acabei de mencionar: a questão das representações identitárias, que forçosamente envolve estudos muito mais aprofundados da História da África. Por outro lado, creio que se coloca como um dever para a historiografia buscar entender melhor o sistema, ou os sistemas, destas representações identitárias. Ultimamente, a ênfase na idéia de que os rótulos representam posições, colocações e representações sociais, são recorrentes. Este argumento é válido, interessante, mas tenho a impressão que, quando a gente pensa no uso histórico desses termos, havia um peso racial muito grande,

as pessoas eram medidas pela cor. Claro que isso tinha a ver com a colocação de cada indivíduo na sociedade, mas é preciso, no meu entender, investigar a idéia de que o Brasil teria passado, no mínimo desde meados do século XVIII, por certa “racialização”. Algo que muitas vezes é rejeitado em determinadas áreas da historiografia brasileira.

Além disso, os estudos sobre a família escrava têm avançado muito. O que eu sinto, mas não sei como que nós vamos fazer isso, é que o próximo alvo tem que ser as famílias que não aparecem. Temos que encontrar meios de arrancar da documentação as uniões consensuais, pois sei que elas estão lá, mas encontrá-las está extremamente difícil. Insisto nisso, pois, a meu ver, não há como entender plenamente a comunidade escrava sem o estudo dessas uniões, desses casamentos encobertos.

Já falei um pouco sobre História da África, acho que este é um campo em expansão. Estou muito encorajado em ver que várias Universidades estão abrindo concurso para especialistas em História da África. Sem isso nós não vamos entender toda a complexidade da chamada “diáspora africana” em direção a América Portuguesa.

Seria importante, também, voltar a pensar sobre o paternalismo especificamente brasileiro. Se as relações senhor/escravo constituem uma das chaves para se entender o funcionamento da sociedade escravista, então é preciso debruçar sobre o paternalismo e seus variantes no espaço e no tempo.

Finalmente, eu insistiria que ainda há muito que pesquisar com relação à transição do trabalho escravo para o livre e, paralelamente, à vida dos egressos da escravidão. Parece-me que, há meios que nos permitiriam investigar os ex-escravos durante as primeiras décadas da República. Estudos dessa natureza são essenciais para entendermos, por exemplo, o desenrolar das hierarquias sociais pós-Abolição.